

PAULO PAIM



O PODER O DE
EMANA DE
O POVO

Uma seleção de ações legislativas
Brasília – 2009



SENADO FEDERAL
Senador Paulo Paim
PT/RS

O Poder que Emanava do Povo

Uma seleção de ações legislativas

BRASÍLIA – 2009

Organização: Paulo André Louzada
Revisão de textos: Kalinka Iaquinto, Susi Closs e SEEP – Senado Federal
Projeto gráfico: Mateus Leal
Capa: José Tadeu Alves
Fotos: Agência Senado, Agência Câmara, Manoel Fernando, José Neto, Deline e Presidência da República
Programação visual: Sheila Veras
Impressão e acabamento: SEEP – Senado Federal

Paim, Paulo.

O poder que emana do povo : uma seleção de ações legislativas / Paulo Paim. – Brasília : Senado Federal, 2009.

104 p. : il., fots.

1. Político e governo, Brasil. 2. Paim, Paulo, atuação parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

APRESENTAÇÃO

Sempre fui um grande admirador do Paulo Paim. Não apenas do Senador, mas da pessoa, do metalúrgico, do líder sindical. Dono de um dos mais respeitados currículos do Congresso Nacional, traz das suas origens o compromisso de suas lutas. Negro e pobre. Dentro da visão preconceituosa que ainda permeia boa parte da sociedade brasileira, Paulo Paim encontrou no chão das fábricas, na poeira das ruas, na defesa dos trabalhadores, sejam da ativa ou aposentados, a energia para superar tantos desafios.

Filho de pai metalúrgico e mãe dona de casa, aos oito anos de idade já calejava suas mãos no barro da fábrica de vasos em Caxias do Sul. Quantos milhões de brasileiros vivem ainda hoje situação semelhante. Daí, sua profunda identificação com o cotidiano do povo. É dali que vem sua força e seu poder mobilizador. É dessa caminhada que Paim

extrai a inspiração para escrever mais um capítulo de sua história.

Ninguém melhor que este Senador gaúcho para saber que realmente “o poder emana do povo”. Seus projetos, seu trabalho, seus pronunciamentos da tribuna do Senado não arredam um milímetro de suas convicções. É no convívio diário com seu povo que Paulo Paim recolhe sugestões e argumentos para apresentar projetos que realmente impactam no dia a dia do cidadão. Cito como exemplo, o Estatuto do Idoso.

Também de sua autoria o Estatuto da Igualdade Racial, que reúne propostas de combate ao racismo e alternativas para inserir o negro na sociedade, nos postos de trabalho e em universidades e o *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Com seu trabalho, como ele mesmo define, pretende romper as fronteiras da indiferença, fazendo do seu mandato o instrumento para vencer tamanho desafio.

Com esta publicação, Paulo Paim mostra um pouco da complexidade das ações que envolvem a rotina de trabalho no Congresso Nacional, às vezes nem sempre bem compreendida pela sociedade, mas de vital importância para o equilíbrio entre os Poderes da Nação.

No Senado, sempre fiel aos seus princípios e à nossa gente, Paim confirma sua trajetória de

liderança e ao mesmo tempo de homem público, marcado pelo destino na defesa das nossas melhores tradições de civismo e coerência, fazendo jus à confiança popular a qual sempre respeitou e é, por isso mesmo, merecedor.

Boa leitura!

Senador **Sérgio Zambiasi** – (PTB/RS)

INTRODUÇÃO

Ao lançar mais uma obra de cunho político, o Senador Paulo Paim nos apresenta ao tema da soberania popular. Todo o poder emana do povo é princípio constitucional fundamental e está inscrito no parágrafo único do artigo primeiro de nossa Constituição.

Não há como deixar de registrar a fidelidade do Senador Paulo Paim aos anseios do povo brasileiro. Exemplo de coragem, dedicação e também de muitas provações, o trabalho político e legislativo que desenvolve trouxe para a cena do Congresso Nacional os temas que a elite brasileira sempre considerou secundários e inexpressivos.

Como colaborador e espectador privilegiado, pude testemunhar a aflição e o destemor deste parlamentar em dias, noites, feriados e finais de semana, debruçado sobre pilhas de papéis e incontáveis reuniões para encaminhar de forma satisfatória os interesses de um contingente enorme de brasileiros,

esperançosos por um salário mínimo maior, por uma Previdência Social mais justa, por igualdade racial, respeito aos idosos e às pessoas com deficiência, melhores condições de trabalho, emprego para os jovens, e um rol de causas de enorme relevância social.


O ex-Deputado Federal e hoje Senador Paulo Paim não é mais apenas um parlamentar do Partido dos Trabalhadores ou representante do Estado do Rio Grande do Sul no Senado Federal. Seu trabalho, reconhecido por todos os quadrantes, é exemplo para todos nós e inspiração para a presente e futuras gerações de políticos.

Ao compreender sua missão institucional, o Senador Paulo Paim tornou possível a participação direta das pessoas na discussão de seus problemas, aspirações e interesses, fazendo fluir, por sua representação político-parlamentar, uma das mais belas experiências de cidadania e valorização social de enorme contingente que até há pouco tempo não tinham voz ou não eram ouvidos.

José Pinto da Mota Filho
Advogado, Consultor Legislativo e
Suplente do Senador Paulo Paim



BREVES PALAVRAS

 leitor tem ao seu dispor uma seleção de projetos de lei e propostas relacionadas que encaminhei nos últimos sete anos. No total foram mais de 1.200 proposições. Algumas transformaram-se em leis, outras aguardam votação no Senado Federal, e outras mais foram aprovadas e encaminhadas à Câmara dos Deputados para apreciação. Também constam nesta publicação trechos de alguns pronunciamentos.

A minha ação parlamentar é baseada principalmente nos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, idosos, aposentados e pensionistas, negros, índios, brancos, mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência, moradores de rua, sem-terra, e de todas as minorias que são por algum motivo discriminadas.

Aqui o leitor poderá entender um pouco mais do meu trabalho. Saberá também que minhas propostas tratam de educação, saúde, segurança,

emprego, previdência social, meio ambiente, esporte, lazer, cultura, habitação, e demais áreas que contemplam os direitos da cidadania.

Tenho muito orgulho dos projetos que apresentei, pois eles nasceram das discussões dos movimentos sociais, das plenárias do movimento sindical, dos seminários de prefeitos e vereadores, dos acalorados debates da sociedade e das minhas andanças pelo interior do Rio Grande do Sul e pelas planícies brasileiras.

Esses projetos foram sonhos que acalentei e que pude transformar em realidade colocando-os no papel. Foram gestos de amor para com minha gente.

“O Poder que Emanava do Povo” é uma parceria que fiz com todos os brasileiros e brasileiras há mais de 30 anos quando fui alçado à condição de homem público e passei a assumir responsabilidades e compromissos em defesa dos interesses da nossa gente e do nosso País.

Rogo e peço a Deus todos os dias que me dê forças suficientes para continuar lutando por este bem tão precioso e necessário para o desenvolvimento democrático, político, social e econômico do nosso Brasil: o Congresso Nacional.

Que esta casa continue livre, soberana e consciente de suas funções.

Senador *Paulo Paim*



GESTOS

*De fevereiro de 2003 até outubro de
2009 foram apresentados 784 projetos*



Paulo Paim recebe homenagem do senador Sergio Zambiasi.



Audiência Pública violência contra idosos. Paim fala da importância do Estatuto do Idoso. 22/09/2009

O Estatuto do Idoso

É uma das principais leis criadas no Brasil nos últimos 50 anos. Foram mais de 20 anos de discussões com a sociedade organizada. Interagimos com a COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), MOSAP (Movimento dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público), CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e especialistas em Geriatria e Gerontologia. São 118 artigos que contemplam direitos à saúde, transporte, habitação, mercado de trabalho, entre outros. O Estatuto beneficia cerca de 30 milhões de brasileiros.

Reluz

O nosso mandato tem por característica dialogar abertamente com os prefeitos, independentemente de suas filiações partidárias, afinal, representamos o Estado. E isso foi fundamental para a aprovação de nosso projeto de resolução para regularizar a situação dos municípios que participaram do Programa Nacional de Iluminação

Pública Eficiente (RELUZ) e do parcelamento de débitos junto às concessionárias de energia elétrica. Esse projeto que virou lei federal beneficiou mais de dois mil municípios de todo o País. A partir daí os prefeitos tiveram mais facilidades para fazerem novos empréstimos junto ao Governo Federal.

Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro)

Essa lei é originária de projeto de nossa autoria que foi aprovado em 2003 no Senado Federal e em 2004 pela Câmara dos Deputados. O Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva, no exercício da Presidência da República, sancionou a Lei nº 11.133, no dia 14 de julho de 2005.

Tamanho Mínimo das Letras em Contratos

O texto modifica o Código de Defesa do Consumidor, obrigando a redação de contrato com letras de tamanho 12, no mínimo, para facilitar sua compreensão. O projeto foi inspirado na proposta que determinou tamanho mínimo para impressão de bulas de medicamentos. Com certeza a medida visa coibir abusos cometidos por parte dos fornecedores de produtos ou serviços.

Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas (7 de fevereiro)

O dia 21 de abril é o Dia do Índio. Essa data está mantida. Mas, atendendo a um desejo do Movimento Indígena, apresentamos projeto para que o dia do martírio do índio guarani, Sepé Tiaraju, fosse transformado em uma data especial para todos aqueles que lutam por justiça, liberdade e igualdade de oportunidades. A Lei Federal nº 11.133 é também uma forma de resgatar a memória da luta indígena em nosso País.



Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos discutiu questões indígenas – 08/05/2009

Estatuto da Igualdade Racial

O nosso sonho é ver um dia negros e brancos convivendo em condições de igualdade nas escolas, nas universidades, no trabalho, nos clubes, nas ruas, nos campos... caminhando juntos. O *Estatuto da Igualdade Racial* possui 70 artigos que englobam temas como saúde, educação, emprego, cultura, moradia, justiça, recursos públicos, liberdade religiosa, segurança, lazer etc.



2006: *Marcha Zumbi + 10*, pela aprovação do *Estatuto da Igualdade Racial*.

Periculosidade aos Carteiros

A partir do PLS (Projeto de Lei do Senado nº 82/2003, foi feito um grande acordo para que os carteiros recebam adicional de periculosidade. Estivemos reunidos várias vezes com o Ministério das Comunicações. É importante destacar que esse benefício só foi possível graças à mobilização das entidades sindicais e de toda a categoria.

Modificação no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)

Em 2003 apresentamos e aprovamos o PLS nº 178, que modifica o ECA em seu artigo 143, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a todas as crianças e adolescentes.”

Modificação no ECA 2

O PLS nº 297, de 2003, também alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos 60 e 64 passam a ter a seguinte redação:

“É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.”

“Ao adolescente até 16 anos de idade, a partir dos quatorze anos, é assegurada bolsa de aprendizagem.”

Fim do Voto Secreto

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 50, de 2006, está pronta para ser votada no Plenário do Senado. Ela prevê o fim do voto secreto em todas as votações do Senado e da Câmara. A população tem o direito de saber qual é a posição de seus representantes. O voto secreto é tão injusto que pode tornar-se um instrumento para condenar inocentes ou absolver culpados, tanto no caso de julgados quanto no de julgadores.

Estatuto da Pessoa com Deficiência

A proposta foi aprovada no Senado Federal e hoje tramita na Câmara dos Deputados (PL nº 7.699/2007). Já realizamos várias audiências públicas tanto em Brasília como nos principais estados brasileiros. A sociedade está interagindo e debatendo o tema. Nos 287 artigos estão assegurados direitos à saúde, educação, trabalho, transporte, desporto, lazer, habitação, cultura, Previdência Social. Cerca de 25 milhões de brasileiros serão beneficiados.



Paim fala no Plenário sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ao lado está o assessor Luciano Ambrósio e seu cão guia, a cadela Mitz. 08/12/2008

Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Técnico Profissionalizante

A cada ano milhares de jovens não conseguem um lugar ao sol, porque não possuem algum tipo de qualificação profissional. O objetivo do Fundep (PEC nº 24/05) é qualificar, gerar emprego e renda, melhorando as condições de acesso e permanência no mercado de trabalho. Os investimentos iniciais serão de cerca de R\$10 bilhões. A proposta está pronta para ser votada no Plenário. Consideramos o Fundep a galinha dos ovos de ouro para a nossa juventude.

Aumento do Salário Mínimo

A proposta estabelece uma política permanente de aumento real para o valor do salário mínimo. O PLS nº 2.000/2005 prevê a inflação mais o dobro do PIB (Produto Interno Bruto) com extensão aos benefícios dos aposentados e pensionistas. O texto tramita no Senado e tem relatoria do Senador Inácio Arruda.

O salário mínimo é um distribuidor de renda, pois está ligado a programas como bolsa-escola, seguro-desemprego, salário-família, renda mínima, aos acordos e dissídios coletivos, aos pisos das categorias, à reativação do mercado interno e ao salário mínimo regional.

Fim do Fator Previdenciário

O famigerado Fator Previdenciário é o principal inimigo dos aposentados e pensionistas e de todos os trabalhadores brasileiros. Ele “abocanha” o benefício na hora da aposentadoria em até 35% para os homens e 40% para as mulheres. O projeto (PL nº 3.299/08), que aprova o fim do Fator foi aprovado por unanimidade no Senado.

Recomposição do Valor das Aposentadorias e Pensões

Este projeto estabelece um índice de correção previdenciária a ser aplicado de forma progressiva. A ideia é que, em cinco anos, os benefícios voltem a ter valores equivalentes àqueles do período inicial das aposentadorias e pensões. A proposta (PL nº 4.434/2008) foi aprovada no Senado e encaminhada para a Câmara dos Deputados.

Reajuste das Aposentadorias e Pensões

Os nossos “cabeças prateadas” deram suas vidas para o crescimento do Brasil. É mais do que justo que eles tenham seus direitos assegurados e garantidos no final do mês. Apresentamos uma emenda ao projeto do Governo Federal (PL nº 1/2007), que cria diretrizes de valorização do salário mínimo. A

nossa emenda estende a política de reajuste do salário mínimo às aposentadorias e pensões.



Manifestação pelo fim do Fator Previdenciário – Câmara dos Deputados. 25/05/2009



Ato em favor dos projetos dos aposentados, em Santos (SP). 05/11/2008

Assistência Gratuita aos Filhos e Dependentes de Trabalhadores Urbanos e Rurais

O PLS nº 298, de 2003, já aprovado no Senado e tramitando na Câmara, prevê assistência desde o nascimento até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas. Esse projeto regulamenta o artigo 7º, inciso XXV, da Constituição Federal.

Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)

Uma das nossas primeiras preocupações quando chegamos ao Senado Federal foi a de discutir e implementar instrumentos de desenvolvimento econômico e social para a nossa gente. Este projeto que recria a Sudesul vem exatamente neste sentido: trazer desenvolvimento e novas perspectivas para o Paraná, Santa Catarina e, em especial, para o Rio Grande do Sul e a Metade Sul do estado.

Fundo de Financiamento para as Micro e Pequenas Empresas

Elas são o principal lastro da economia brasileira. Representam 25% do PIB (Produto Interno Bruto) e geram 14 milhões de empregos diretos, ou seja, 60% dos empregos formais no País.

Existem hoje, aproximadamente, cerca de seis milhões de estabelecimentos formais. Esse

fundo será composto por recursos consignados do Orçamento, receitas patrimoniais, rendimentos de aplicações financeiras a sua conta, transferência de bens móveis e imóveis.

O Senado da República está cumprindo a sua parte em discutir e votar projetos que venham a estimular a economia e a geração de novos postos de trabalho no País. Assim, também estamos dando um importante passo para uma melhor distribuição de renda para a nossa população.

Colarinho Branco

A proposta é simples: tornar inafiançáveis de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva cometidos pelo alto escalão da administração pública. Esse tipo de crime vem retirando de milhões de brasileiros a oportunidade de ter acesso a direitos básicos da cidadania, como seguridade social, educação, saúde pública e muitos outros. O projeto está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Estatuto do Motorista Profissional

A ideia é regulamentar a profissão de todos aqueles que têm seu sustento ao volante de caminhões, ônibus, táxis, vans, motos ou algum outro veículo. Já fizemos uma série de audiências públicas

para que todos esses trabalhadores pudessem dar suas contribuições à matéria. Com toda certeza esta proposta será uma das leis mais importantes do País. O projeto está no Senado.

ZPE do Vale dos Sinos

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) são distritos industriais que oferecem benefícios administrativos, isenções tributárias e liberdade cambial para as empresas exportadoras com o compromisso de geração de novos postos de trabalho e mais renda para os trabalhadores. O PLS nº 364/2007 cria a do vale dos Sinos.

ZPE do Norte do Rio Grande do Sul

Desde 2002, as ZPES criaram 60 milhões de empregos diretos nos 104 países onde estão presentes. Somente na China existem 250 ZPES federais e mais de três mil criadas pelas províncias. Nos Estados Unidos, em 2005, foram movimentados cerca de US\$410 bilhões. O PLS nº 366/2007 cria a da região norte do estado.

Moradores de Rua (PLS nº 299/2004)

A proposta foi aprovada no Senado Federal e atualmente tramita na Câmara dos Deputados. Ela cria o Programa Nacional de Inclusão dos Mo-

radores de Rua. A meta é gerar condições para a inclusão social e qualificação profissional para milhões de brasileiros. Os recursos serão do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza.

Aviso Prévio Proporcional

O projeto é em parceria com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA). O objetivo é regulamentar o aviso prévio e torná-lo promocional, conforme o tempo de serviço do trabalhador e da trabalhadora. A proposta está tramitando no Senado Federal com o nº 112/2009.

Sobre Violência Contra os Professores

Cada vez mais a imprensa divulga que professores são agredidos em sala de aula ou fora dela. Este projeto cria procedimentos de socialização, apoio jurídico e medidas de proteção em casos de violência.

O PLS nº 191/2009 procura, de um lado, fortalecer a posição jurídico-instrumental dos professores e, de outro, atribuir maior responsabilidade jurídica às escolas e aos pais na relação professor-aluno, além de exigir desses atores maior participação nessa relação social. Outrossim, dá ao professor o devido valor como profissional da educação, peça indispensável para as engrenagens de qualquer sociedade.



Senador Paulo Paim palestra no II Congresso Nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). 02/05/2009



Estabilidade de Dirigente Sindical

Uma antiga reivindicação do movimento sindical brasileiro. A proposta regulamenta a estabilidade e a garantia do emprego dos nossos dirigentes sindicais. Já realizamos várias audiências públicas. Mas, é preciso ainda muita pressão. O projeto (PLS nº 177/2007) tramita no Senado.

Bloqueio e Orçamento da Seguridade Social

O dinheiro da Seguridade Social é da Seguridade. Entra governo e sai governo e o dinheirinho dos aposentados e pensionistas é desviado para outros fins. Entre 1999 e 2005 foram desviados mais de R\$60 bilhões. A PEC nº 24/2003 proíbe os desvios.

Crimes e Discriminação

O racismo no Brasil ainda é uma realidade. O Projeto de Lei nº 309, de 2004, define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Esse projeto cria um tipo genérico de crime racial (discriminação racial), descrevendo mais detalhadamente o aspecto objetivo da ação discriminatória por acréscimo de outros verbos típicos, quais sejam, “negar”, “impedir”, “interromper”, “constranger”, “restringir”, “dificultar” o exercício de direitos por parte da pessoa discriminada.

Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul

A agricultura e a pecuária são bases fortes da economia do estado. A criação deste Fundap será uma “mão na roda”. Os recursos serão investidos em pesquisa, compra de implementos e outros. O projeto já foi aprovado no Senado e atualmente tramita na Câmara dos Deputados (PLS nº 39/2003).

Orçamento Participativo

Entendemos que a população tem de escolher as suas prioridades em investimentos públicos como na saúde, educação, habitação, segurança. Por isso, apresentei a PEC nº 23/2005 com esse objetivo. Cada vez mais a nossa gente tem de participar do processo decisório. É com transparência e democracia que se constrói um País.

Profissão de Comerciante

Não há lugar neste País onde não exista um trabalhador comerciante. A nossa proposta estabelece a regulamentação dessa profissão. Temos o apoio de todas as centrais, confederações, federações e sindicatos de base. O projeto tramita no Senado (PLS nº 115/2007).

Redução da Jornada de Trabalho (sem redução salarial)

Outra antiga reivindicação dos trabalhadores para gerar mais emprego e renda. A redução seria das atuais 44 horas semanais para 40 horas semanais, sem redução de salários e o valor da hora extra subiria de 50% para 75% da hora normal. De imediato seriam criados 2,5 milhões de empregos. A proposta é em parceria com o Senador Inácio Arruda e tramita na Câmara (PEC nº 231/2005). No Senado temos a mesma proposta (PEC nº 75/2003).

Contribuição Assistencial

O projeto regulamenta a arrecadação da Contribuição Assistencial destinada para as negociações coletivas das entidades sindicais. O percentual a ser descontado será definido pela categoria reunida em assembléia geral e não poderá ultrapassar 1% do salário bruto anual de cada trabalhador. O PLS nº 248/2006 está pronto para ser votado no Plenário.

Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FAT Rural)

O objetivo é custear o Programa de Seguro-Desemprego Rural (SDR); o pagamento do Abono Salarial Rural (ABR); e o Programa de Educação e Formação de Mão de Obra Rural (PRORURAL).

É preciso repensar esse trabalho de forma mais estrutural. A proposta está no Senado Federal (PLS nº 246/2007).

Escola Naval de Rio Grande

O PLS nº 609, de 2007, possibilitou a criação dessa escola técnica federal nesse município portuário. É importante ressaltar que a recuperação do setor naval é um dos programas estruturantes do Governo Federal para o desenvolvimento e fortalecimento da indústria brasileira. Desenvolvimento garantido para o setor, para o estado e para o País.

Centro de Especialização em Tecnologia de Carne e Derivados

Essa Escola Técnica Federal tem previsão de ser instalada no Município de São Gabriel. O aluno terá uma visão global das indústrias da carne suína, bovina, avícola e derivados, e das bases científicas e tecnológicas dos processos e produtos manufaturados nessas indústrias. O PLS nº 92/2008 foi aprovado no Senado e encaminhado para a Câmara dos Deputados. Com toda certeza essa instituição de ensino será de grande valia para o setor e para o Estado do Rio Grande do Sul.

Escola Técnica Federal do Vale do Taquari

A proposta (PLS nº 1.480/2007) foi aprovada pelo Senado e atualmente tramita na Câmara. A região é formada por 37 municípios, sendo Taquari o mais antigo. O aparecimento de indústrias e o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços provocou mudanças significativas nos últimos 30 anos em toda a região.

Escola Técnica Federal de Erechim

A instalação de uma instituição de ensino técnico e profissionalizante é uma antiga reivindicação de toda a região do Alto Uruguai. O Projeto de Lei nº 1.992 foi aprovado pelo Senado Federal em 2007 e encaminhado para a Câmara dos Deputados. A escola vai atender às necessidades socioeconômicas do setor industrial, de serviços e agropecuário da região, além de gerar emprego e renda para os jovens.

Escola Técnica Federal de Porto Alegre

A proposta (PLS nº 143/2007) foi aprovada no Senado e encaminhada para a Câmara dos Deputados. A população local escolheu a região da Restinga como sede da escola. A escolha se deve ao fato da carência que a população dessa região e das regiões vizinhas sentem de uma escola que lhes

proporcione melhor qualificação profissional. Esse projeto irá fomentar o crescimento econômico e capacitará os jovens para o mercado de trabalho.

Escola Técnica Federal de Gravataí

O município possui um complexo industrial com produção diversificada, destacando-se autopeças, pneus, tintas, componentes eletroeletrônicos, máquinas, produtos químicos, plásticos e alimentos. O setor de serviços também tem destaque. Atendendo uma demanda da sociedade civil e dos movimentos sociais, apresentamos o PLS nº 256/2007 para a instalação, no município, de uma instituição de ensino técnico profissionalizante. A proposta foi aprovada pelo Senado.

Escola Técnica Federal de Piratini

Essa escola manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem definidos pelo Ministério da Educação. Toda a região será beneficiada. O PLS nº 288/2008 foi aprovado pelo Senado Federal e encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Universidade Federal das Missões

O PLS nº 215/2007 cria uma universidade federal na região das Missões do Rio Grande do Sul.

Essa instituição constituirá núcleos especiais de estudos, enfocando os aspectos históricos e culturais de grupos étnicos e sociais como os indígenas, os camponeses e os quilombolas. Os Centros (ou núcleos) de estudos serão aparelhados com áreas experimentais, laboratórios, bibliotecas, enfim, uma estrutura que permita fazer uma abordagem crítica e sistematizada desses sujeitos históricos.

Universidade Federal do Mercosul

A criação dessa universidade é importante por dois motivos. O primeiro é o da expansão do próprio sistema de educação superior, diante da demanda crescente de concluintes do ensino médio nos estados da região Sul do Brasil. O segundo argumento é que o Rio Grande do Sul está numa situação estratégica para sediar uma universidade de alcance internacional. As conversações entre os membros do Mercosul já apontam para a construção da instituição, que, inclusive, poderá se tornar um centro de ensino cujos diplomas tenham validade internacional. O PLS nº 17/2007 está no Senado Federal.

Federalização da Universidade da Região da Campanha

Em 2005, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 6.074, autorizando o Poder Executivo a

federalizar a Urcamp, com sede no Município de Bagé, inclusive com seus *campi* avançados.

Cantando as Diferenças

É fundamental o respeito às diversidades. O Cantando as Diferenças é baseado nos três estatutos (Idoso, Igualdade Racial, Pessoa com Deficiência) e também no Estatuto da Criança e do Adolescente, movimentos sociais, mulheres, índios. Desde 2007, o projeto vem sendo implantado nos municípios gaúchos.



Paim lança “Cantando as Diferenças”, em Canoas (RS).

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

O Projeto de Lei do Senado Federal nº 351, de 2004, altera a Lei nº 9.998, de 2000 que criou o Fundo de Telecomunicações. O nosso projeto determina que pelo menos 30% dos recursos destinados ao fundo sejam aplicados em educação.

Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes

O projeto beneficia pessoas com mais de 45 anos de idade, em situação de desemprego involuntário há mais de seis meses, com experiência profissional e pertencentes a famílias de baixa renda. O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005 prevê que o empregador que contratar esses trabalhadores receba incentivo econômico.

Adicional de Periculosidade aos Eletricitários

São poucas as atividades que apresentam índices iguais de acidentes, inclusive fatais, como relevam as estatísticas do próprio Ministério do Trabalho em relação aos eletricitários. Esses profissionais lidam permanentemente com fios de alta tensão no conserto de instalações defeituosas, na montagem de instalações de redes e tarefas

correlatas, estando, no âmbito de suas atividades, expostos a perigo intensivo. O Projeto de Lei nº 170, de 2005, já é norma jurídica.

Contas Inativas do FGTS

O Projeto de Lei nº 126 dispõe sobre a divulgação da existência de contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pressupostos para sua liberação. Ele foi aprovado pelo Senado Federal no ano de 2006. Assim, estamos fazendo com que os trabalhadores recebam todos os esclarecimentos sobre a existência de valores de sua titularidade que estejam a sua disposição.

Compra de Papel Reciclado

O Projeto de Lei nº 112, de 2008, prevê que o Governo priorize o papel reciclado nas compras de materiais de expediente. A cada tonelada de papel reciclado, poupam-se entre 15 e 20 árvores. A medida fará com que os órgãos governamentais brasileiros contribuam para a preservação das florestas e do meio ambiente. É uma proposta que busca o desenvolvimento sustentável e a diminuição do uso de recursos naturais. O projeto foi aprovado no Senado.

Estágio de Estudantes

A proposta altera a Lei nº 6.494/1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante de 2º Grau e Supletivo, para fixar forma de reajuste da bolsa-auxílio. O valor da bolsa recebida pelo estagiário será objeto de reajuste anual, aplicando-se, pelo menos, a variação integrante do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Saque no PIS-Pasep (PLS nº 117/2009)

Permite que o trabalhador desempregado, há pelo menos três meses, saque seus recursos acumulados no Programa de Integração Social (PIS) e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Quilombos do Amanhã

A proposta (PLS nº 113/2008) autoriza o Poder Executivo a criar centros de integração federal em todas as comunidades quilombolas do País. O objetivo é oferecer ensino básico, fundamental e tecnológico, inclusive serviços de esporte, cultura, lazer, saúde e inclusão digital aos moradores dessas comunidades.

O conceito de quilombo atravessa o tempo e designa os territórios onde se organizam negros africanos que, trazidos com a colonização

portuguesa, insurgiram contra a situação de escravidão. Hoje, são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. O projeto está no Senado.

Trabalho Escravo

O PLS nº 487/2003 proíbe que o Governo Federal conceda incentivo fiscal e financiamentos àquelas empresas que utilizarem mão de obra baseada na degradação humana ou trabalho escravo. As empresas que tiverem interesse em obter benefícios deverão apresentar certificado de regularidade ex-



Aprovação da anistia post-mortem a João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata. 15/05/2008

pedido pelo Ministério do Trabalho. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado Federal.

Financiamento de Campanha

A ideia é proibir o financiamento de campanha eleitoral por pessoa jurídica (empresas) que tenha firmado contrato administrativo com o Setor Público pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras e locações, decorrente de licitação ou de sua dispensa. A proposta (PLS nº 153/2009) está tramitando no Senado Federal.

Pré-Sal

A Constituição Federal determina que os serviços de saúde e educação prestados à população são vitais para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Contudo, os governos não têm obtido pleno êxito nessa tarefa. O PLS nº 362/2008 prevê que os valores recebidos pela União, a título de *royalties* pela exploração de petróleo na camada pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à Previdência Social e ao Fundo Nacional de Ensino Técnico Profissionalizante (FUNDEP). A proposta está no Senado.

Vale-Transporte

O proposta objetiva alterar a Lei nº 7.418/1985, que instituiu o vale-transporte. A lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Fica instituído o vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, custeará integralmente e antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, por meio do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.”

O projeto (PLS nº 228/2009) está pronto para ser votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado Federal.

Policia! Ferrovialrio

A proposta cria a carreira de Policia! Ferrovialrio Federal, compreendendo os cargos de Inspetor de Policia! Ferrovialria Federal e de Agente de Policia! Ferrovialria Federal, com as atribuicoes

previstas na Constituição Federal e legislação específica. O projeto (PLS nº 150/2003) está no Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Regulamentação da Profissão de Reciclador de Papel

Nos últimos anos, os catadores e recicladores de papel assumiram grande importância na nossa sociedade, passando de trabalhadores anônimos da limpeza urbana para parceiros estratégicos de programas de coleta seletiva de materiais recicláveis.

O trabalho desses profissionais, que surgiu como mais um meio de sobrevivência de significativa parcela de nossa população, é hoje visto não só como fonte de renda, mas também uma colaboração direta e imprescindível de preservação do meio ambiente.

O Projeto de Lei nº 618/2007 está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e está pronto para ser votado.



PARCERIAS

*De fevereiro de 2003 até outubro de 2009
foram 81 proposições relatadas*

Identificação em Braille nas Teclas de Telefone

Torna obrigatória a identificação em braille nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País. A proposta (PLS nº 209/2004), de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, do PTB, foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e encaminhada para a Câmara dos Deputados.

Licença-Maternidade/Empresa Cidadã

O projeto de autoria da Senadora Patrícia Saboya, do PDT, prorroga a licença-maternidade dos atuais 120 dias para 180 dias, mediante concessão de incentivo fiscal às empresas que aderirem ao programa. A proposta já é Lei Federal (nº 11.770 de 2008).

Aposentadoria Especial para Servidores Públicos

O PLS nº 68/2003, do Senador Antonio Carlos Valadares (PSB), concede aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Política Energética/Pré-Sal

Proposta da Federação Única dos Petroleiros (FUP) para alterar a política energética nacional e o destino de suas receitas. Um dos objetivos é aportar mais recursos no combate às desigualdades sociais. Tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Educação Profissional e Tecnológica

A proposta reserva vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação profissional e tecnológica. A proposta (PLS nº 546/2007), de autoria da Senadora Ideli Salvatti (PT), já foi aprovada e remetida à Câmara dos Deputados.

Taxista

O Projeto de Lei nº 175/2005 regulamenta a profissão de taxista e está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do Senado Federal. O autor é o Senador Valdir Raupp, do PMDB.

Auxílio-Alimentação para os Trabalhadores Terceirizados

Determina a concessão de auxílio-alimentação para os trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por enunciado

do Tribunal Superior do Trabalho. O projeto (PLS nº 159/2003) é de autoria do Senador Marcelo Crivella (PRB).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Parecer pela aprovação para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio. O Projeto de Lei nº 4, de 2005, é de autoria do Senador Alvaro Dias, do PSDB. A proposta já foi encaminhada para votação na Câmara dos Deputados.

Seguro de Acidentes do Trabalho

Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social. A matéria (PLS nº 74/04), de autoria do Senador Marcelo Crivella (PRB), foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e encaminhada para a Câmara dos Deputados.

Redução do Percentual Devido/FGTS e Isenção Parcial da Contribuição Previdenciária

Estabelece a redução no percentual devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a isenção parcial da contribuição previdenciária para as empresas que contratarem

trabalhadores com mais de 50 anos de idade. A proposta (PLS nº 385/2003) é do Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB.



OUTRAS PALAVRAS

*De fevereiro de 2003 até outubro de
2009 foram registrados 1.277 discursos*

Solenidade realizada no Palácio do Planalto para sanção do Estatuto do Idoso

01/10/2003

(...) Durante estes sete anos de debate sobre este tema apaixonante, choramos, cantamos e, com certeza, nos emocionamos muito, muito mesmo. Talvez tanto quanto o jovem poeta Piero no momento em que escreveu *Meu Velho*:

**Velho, meu querido velho,
Agora já caminhas lento,
Como perdoando o vento,
Eu sou teu sangue, meu velho
Sou teu silêncio e teu tempo.**

Com esses versos, quero homenagear a todos aqueles que construíram a Política Nacional do Idoso, incluída no Estatuto. A todos os partidos no Congresso Nacional. A todas as entidades que atuaram nessa condução, desde o Ministério Público, a Cobap, o Mosap e tantos outros (...)

(...) a vida na sua sabedoria nos ensina que os mais velhos são os mais sábios. A sabedoria milenar é quem diz: a vida é fruto da energia do Universo. Essa energia acompanha a Lei de Causa e Efeito. O caminho que precisamos construir é o da generosidade. É o da solidariedade entre as gerações. Até porque o jovem de hoje será o idoso de amanhã (...)



Aposentados solicitam ao Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves, a votação de projetos que beneficiam a categoria. 26/02/2008

Homenagem ao Dia do Trabalhador Rural

25/04/2004

(...) Outro ponto que defendo com ênfase diz respeito à reforma agrária. Temos de enfrentar o debate em torno desse tema. Neste País, alguns setores tratam o assunto como um tabu, como se fosse proibido falar em reforma agrária. A verdade é que a reforma agrária aconteceu em todos os países do mundo, exceto no Brasil. É fundamental que, dentro dos parâmetros da lei, ela também aconteça aqui.

Por tudo isso é que nesse dia eu gostaria de deixar uma mensagem carinhosa e respeitosa a todos aqueles que trabalham na terra. Àqueles que plantam, que criam animais das mais variadas espécies, enfim, a todos que desenvolvem algum tipo de atividade no campo. A todos esses trabalhadores eu mando um abraço forte, carinhoso, e respeitoso.

Se hoje existem os grandes centros é porque temos pessoas que estão lá no campo, nos interiores de cada estado, plantando, cultivando, criando e permitindo que a carne, o leite, os ovos, os vegetais, enfim, itens de nossa alimentação cheguem às mesas de todos nós. Por isso, um abraço afetuoso a todos os trabalhadores rurais.

A importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

30/08/2004

(...) A discriminação infelizmente cria suas raízes desde muito cedo. Já na infância as verdades são trazidas por terceiros e são apenas sentidas, sem questionamento algum. São verdades que chegam prontas, conceitos acabados, estereotipados por uma ótica de dominação por parte daqueles que querem ver garantidos seus privilégios, seus benefícios. Este sentimento, infelizmente, vai se perpetuando e acaba criando na sociedade uma forma desumana, desigual e muito mesquinha de lidar uns com os outros.

Esta proposta é um forte instrumento de combate ao preconceito racial. A criação deste projeto quer garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, assegurando por exemplo o acesso às escolas e ao mercado de trabalho, frequentados por uma maioria esmagadora de brancos.

Neste momento eu sinto que a sociedade está conclamando a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, numa demonstração nítida de que ela anseia por estas mudanças, que ela quer ver transformados os conceitos que aprisionam a alma do ser humano, que impõem limites ao amor, ao respeito, à cidadania igualitária (...)

Homenagem aos povos indígenas

19/04/2005

(...) Minha alma gaúcha faz lembrar o Guerreiro Sepé-Tiaraju, índio guarani de São Miguel das Missões, que lutou com bravura ao avanço dos exércitos português e espanhol. Quero registrar minha admiração aos nossos índios brasileiros: xavantes, karajás, mundurukus, guaranis, ianomâmis, kaiapós, terenas. A esses homens e mulheres, verdadeiros filhos desta terra, deixo registrada minha homenagem com a Declaração Solene dos Povos Indígenas do Mundo, de 1975:

Nós, povos indígenas do mundo, unidos numa grande assembleia de homens sábios, declaramos a todas as nações: quando a terra-mãe era nosso alimento, quando a noite escura formava nosso teto, quando o céu e a lua eram nossos pais, quando todos éramos irmãos e irmãs, quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes, quando a justiça dirigia a lei e sua execução, aí outras civilizações chegaram! (...)

Educação profissionalizante

29/04/2005

(...) Acredito que a responsabilidade de uma implementação na educação profissional deva ser

compartilhada entre as múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil.

Quero levantar um grande debate em torno do tema. São milhões de brasileiros, jovens e adultos, que não encontraram mecanismos para a qualificação profissional.

Algo precisa ser feito. Devemos pensar na consolidação da ideia de implementar uma rede nacional de escolas de ensino profissionalizante público e gratuito em todos os nossos municípios, respeitando a vocação de cada comunidade, de cada região.

É preciso que implementemos políticas que venham possibilitar ao jovem brasileiro a oportunidade de optar pelo ensino profissionalizante de qualidade, se assim desejar, e garantindo o direito ao desenvolvimento de suas competências profissionais, tornando-os capazes para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras

01/5/2005

(...) Que se ouça o clamor de milhões de brasileiros que se sentem injustiçados.

Saibam todos que apesar de tudo não desistiremos, somos otimistas. O pessimista é um derrotado por antecipação. Vocês, trabalhadores e trabalhadoras, formam uma nação de guerreiros e guerreiras, por isso nós venceremos.

Minhas sinceras homenagens a vocês heróis combatentes, trabalhadores e trabalhadoras, empregados e desempregados. Não percamos a fé. Não abandonemos a luta. Coragem! O Brasil é nosso! Foi feito por vocês!

Vocês, somente vocês podem fazer com que ele seja o País que nós queremos.

O NOSSO BRASIL! O nosso Brasil de brancos e negros, de índios, de todas as religiões (...)

Análise do cenário econômico do Rio Grande do Sul

01/12/2005

Se analisarmos os dados sobre a economia brasileira vamos perceber que ela está indo bem em relação aos anos anteriores. Mas, lamentavelmente, a situação do Estado do Rio Grande do Sul não acompanha o quadro nacional.

Ao examinarmos os dados econômicos do Estado em 2005 percebemos o quão instáveis são



Senador Sérgio Zambiasi, Ministra Dilma Rousseff, Senador Paulo Paim e José Pinto da Mota Filho.

esses resultados. Os reflexos do campo têm influenciado sobremaneira na indústria e no comércio, castigando violentamente a economia gaúcha.

Os bons resultados de 2004, nos investimentos, nas exportações, no comércio e nos lucros das empresas gaúchas, lamentavelmente, não se repetiram em 2005, e o sentimento de fragilidade, aliado aos juros altos, ao câmbio desajustado e ao clima imprevisível, inibiram os investimentos.

Acredito que para superar a crise gaúcha serão necessárias medidas de longo e médio prazo, de for-

ma que venham a contribuir para um crescimento sustentado. Para retomar o crescimento é preciso alterar a atual política econômica, fortalecendo medidas que contribuam para a geração de emprego e renda e animem o mercado interno.

O reajuste do salário mínimo

16/01/2006

(...) O salário mínimo, como sabemos, é um dos principais distribuidores de renda. Por essa razão, os debates sobre seu aumento e a possível alteração da data-base merecem toda nossa atenção.

Preocupa-me que, até agora, os debates não levaram em consideração os 22 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros.

Ao reajustar o mínimo precisamos nos lembrar dessas pessoas. Não é justo que em um país que está envelhecendo os aposentados e pensionistas, na hora em que mais precisam do dinheiro, tenham seus benefícios desvalorizados de tal forma.

Defendo que aos vencimentos dessas pessoas seja concedido o mesmo percentual de reajuste que for dado ao mínimo.

E como disse, o mínimo é um dos principais distribuidores de renda de que dispomos. Ele tem impacto direto na vida da maioria dos brasileiros e, quando lembramos esse fato, não estamos nos

referindo apenas àqueles que o recebem. Por essa razão, é preciso elevarmos seu valor, anteciparmos a data base e concedermos o mesmo reajuste aos aposentados e pensionistas.

O meio ambiente

23/06/2006

(...) O meio ambiente é assunto urgente, é vital. Nós dependemos dele ao mesmo tempo em que somos parte dele. A rápida e cotidiana destruição da floresta amazônica, o desprendimento de enormes *icebergs* da Antártida e o corte indiscriminado dos palmitais da mata atlântica, por exemplo, não são fatos isolados e afetam a todas as formas de vida da Terra.

O ambientalista Luis Felipe César faz algumas ponderações importantes. Ele relata que já não há como desconhecer a gravidade dos problemas ambientais globais, notadamente o aquecimento da terra, a depleção da camada de ozônio, perda de diversidade biológica, desertificação, poluição dos mares, enfim, um conjunto de fenômenos ambientais transnacionais.

A “escassez ecológica” é o retrato da relação que o ser humano mantém com o meio ambiente e a finitude dos recursos naturais é consequência deste mau relacionamento. A base ecossistêmica, que depende de tempo e condições orgânicas favoráveis para sua renovação, manifesta sobrecarga

e responde trazendo ameaças para a reprodução das espécies como um todo.

É hora de enfrentarmos questões primordiais para a sobrevivência do ser humano.

Reajuste dos aposentados e pensionistas

29/06/2006

Os aposentados não possuem tratores para estacionar em frente ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto para reivindicar por investimentos na agricultura. Fato que resultou no pacote agrícola lançado pelo Governo Federal, que inclui um aporte total de R\$75,4 bilhões – incluindo a liberação de R\$60 bilhões para o Plano de Safra 2006/2007, negociação de dívidas e recursos para a comercialização, que ainda é pouco!

Os aposentados não podem fazer greves como os servidores do Poder Executivo que conseguiram R\$7,5 bilhões, o que ainda é pouco!

Os aposentados não possuem a força do Judiciário e de todos os seus servidores que estão pleiteando um reajuste que ultrapassará o índice de 40%, e que ainda é pouco!

Os aposentados não possuem caminhões e ônibus para bloquear o tráfego nas rodovias impedindo o transporte de cargas e de passageiros, ou ainda atendendo-os precariamente.



Manifestação de milhares de Aposentados pelo fim do fator previdenciário, em São Leopoldo (RS). 20/03/2009



Os aposentados não podem parar as máquinas no campo, nas fábricas nos bancos ou no comércio como forma de chamar a atenção para que suas reivindicações sejam atendidas.

Aos aposentados, só resta o apelo ao Congresso Nacional. Muitos já não têm forças de sair de suas residências, outros já caminham lentamente, e todos carregam no rosto as marcas do tempo e a tristeza de ver seus vencimentos acumulando prejuízos de 71,5%.

Por isso, minha missão é, e sempre será, a de defender os aposentados e pensionistas clamando pela equiparação dos reajustes dos benefícios das aposentadorias e pensões, de forma que garanta as necessidades essenciais de uma vida digna para os nossos idosos (...)

Aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência

8/12/2006

O Senado Federal aprovou o Estatuto da Pessoa Com Deficiência. Um Estatuto de direitos, de inclusão e de cidadania! Um Estatuto de respeito às diferenças! Sabem o que isso significa? Que pulsa de fato nos corações humanos o grande desejo de fazer o que é certo (...)

(...) Que orgulho eu sinto de fazer parte desta Casa! Vou repetir o que já havia dito: sempre achei que o Senado fosse uma Casa conservadora, mas eu me enganei. O Senado Federal é uma Casa progressista e tem provado isso em diversas ocasiões, como foi com a aprovação do Relatório do Salário Mínimo, com a criação da Comissão Mista para discutir a situação dos povos indígenas e assim por diante.

Nós estamos celebrando a vitória do respeito às diferenças! O que era certo foi feito por esta Casa! Lembram que eu falava no início sobre o desejo que pulsa nos corações humanos? Pois foi assim também na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Mulher, no Estatuto do Índio, onde o desejo de justiça, de valorização, de respeito, também falou mais alto (...)

Superávit da Previdência Social

7/02/2007

Há mais de 20 anos nós, que estamos na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública, sendo um de seus fundadores, falamos e mostramos exaustivamente aqui no Congresso Nacional estudos e indicadores que apontam que a Previdência Social no Brasil é superavitária. Ou seja, não há déficit e muito menos ela está quebrada.

(...) Somente em 2007 é que a verdade sobre a Previdência Social está sendo colocada com seriedade para a sociedade brasileira. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a Previdência não é deficitária. E ele tem toda legitimidade para fazer essa assertiva, afinal, as urnas lhe asseguram essa possibilidade. Confesso a todos vocês que estou de alma lavada.

(...) Um estudo elaborado pela Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social (ANFIP) demonstra, com riqueza de detalhes, as datas, as leis, os valores e os órgãos para os quais foram desviados recursos durante o período de 1999 até 2005. Conforme a Anfip, os desvios chegaram a mais de 56 bilhões de reais.

Em 1999 foram desviados exatos três bilhões, trezentos e dez milhões, quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e sete centavos.

A sangria prosseguiu: em 2000 foram 8,1 bilhões de reais; em 2001 foram 10,1 bilhões de reais; em 2002 foram 6,4 bilhões de reais; em 2003 foram 5,8 bilhões de reais; em 2004 foram 10,2 bilhões de reais; e em 2005 a cifra ultrapassou a casa dos 12 bilhões de reais.

Municípios gaúchos sem acesso asfáltico

10/09/2007

Volto a falar aqui da tribuna sobre um tema que é de extrema importância para o desenvolvimento



Paim fala para prefeitos do Rio Grande do Sul

econômico e social do Rio Grande do Sul. Dos 496 municípios gaúchos, 117 não possuem acesso asfáltico, representando 23,58% do total. Isso engloba 372 mil habitantes, sendo que 103 municípios têm menos de cinco mil moradores. A totalidade destes municípios tem a agricultura como principal atividade econômica, sendo que 60% do PIB é proveniente da agropecuária.

A conclusão asfáltica da RST 471 permite a redução de até 100 quilômetros de trecho, ligando a parte Norte e Centro à BR-116, nas proximidades de Camaquã, na região Sul, sem a necessidade de transitar pela BR-116, via Porto Alegre. Esta rodovia já tem 81% das obras con-

cluídas. Em especial falta a conclusão de uma ponte e um viaduto.

Várias instituições financeiras internacionais e o Governo Federal estão dispostos a disponibilizar os recursos necessários para as ligações asfálticas destes 117 municípios gaúchos. (...)

Combate às drogas

27/06/2008

(...) No Brasil o consumo da maconha cresceu 160% em quatro anos e é considerado o maior da América Latina. E, além disso, também temos o maior mercado consumidor de cocaína, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Os nossos números registram 870 mil usuários de cocaína, 600 mil de ópio e cerca de três milhões de usuários de maconha.

Outro problema grave é o fato de o nosso País estar sendo explorado pelo crime organizado internacional como rota para carregamentos que vêm da Colômbia, da Bolívia e do Peru e seguem para a Europa, conforme demonstra o Relatório Mundial sobre Drogas 2008.

Por várias vezes, Senhor Presidente, já deixei clara minha preocupação com os danos causados pelo uso de drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas (...)

(...) Eu não sei o que leva uma pessoa a buscar um caminho que muitas vezes não tem volta. O que eu sei é que para preservarmos a vida precisamos de amor, do amor que Cristo pediu que tivéssemos por nós mesmos e pelos nossos semelhantes.

Nós precisamos do amor que une boas intenções a atitudes, pois esse amor se transforma em ações. Tudo que pudermos fazer pelo bem dos outros sempre estará aquém das nossas possibilidades, pois o amor é infinito e as possibilidades de transformação que ele gera são fruto de inestimável valor.

Homenagem ao Dia do Professor

15/10/2008

(...) Os professores são uma extensão da família e com ela fazem um trabalho conjugado pelo bem da formação das nossas crianças e dos nossos jovens.

São eles que ensinam a unir as letras e assim formar as palavras, ensinam a lidar com os números, instruem sobre as revoluções históricas no mundo e os grandes tratados de paz, instruem acerca da fauna e da flora, ensinam também sobre ecossistema, sobre dinâmica e eletricidade,

tabela periódica, e ainda sobre pintura, escultura, literatura, música, enfim, sobre os mais diversos temas que formarão a base do nosso universo de conhecimentos.

É lamentável ver os educadores expostos a problemas como violência por parte de alunos, por exemplo. Ela tem levado inúmeros professores a se afastarem das salas de aula, pois sofrem todo tipo de ameaças e muitas vezes elas se tornam reais, um verdadeiro pesadelo.

Os professores, no tempo em que eu frequentava a escola, eram mestres respeitados, sua palavra tinha valor (...)

Dona Itália Paim

5/03/2009

(...) Aos 87 anos ela partiu e certamente foi ao encontro do seu amado. Passados cinco anos, com certeza ela ainda faz muita falta, pois sempre foi o apoio, o porto seguro que sabia confortar e orientar sobre o melhor caminho a seguir.

Caras mulheres que estão aqui a me ouvir ou que estão em suas casas, quero lhes dizer que a experiência de um desses filhos junto a sua mãe gerou este homem que está aqui e que olha para vocês, mulheres, cheio de agradecimento e de alegria por

vocês existirem, por ter sido presenteado com a convivência com Dona Itália.

Dona Itália, junto com meu pai e meus irmãos, foi o esteio seguro da minha vida. Homenagear essa mulher que trazia um olhar generoso, gestos delicados, palavras doces e um coração que transmitia muita paz foi a forma que eu encontrei de homenagear todas vocês.

Ao falar desta mulher eu quero homenagear todas as mulheres por suas histórias de vida. Esta é a história dela, que talvez reflita a história de muitas outras mulheres.

Sei que as vivências de cada uma de vocês são as mais diversas, mas ao resumir o que vocês representam surge sempre a mesma palavra: AMOR.

E Dona Itália era toda AMOR! Meu beijo carinhoso a ela que certamente cavalga no céu junto ao seu herói.

Meu abraço muito afetuoso a todas vocês e meu profundo respeito pela história de vida de cada mulher deste mundo afora, pois tenho certeza de que um infinito de possibilidades vive dentro desse ser que é insondável e ao mesmo tempo pleno em toda sua extensão.

Incentivo às micro e pequenas empresas

23/04/2009

(...) Por outro lado, sabemos que a informalidade é muito grande nesse setor. Há também outros problemas, como, por exemplo, as exigências burocráticas e as dificuldades de acesso ao crédito.

Neste momento em que vários setores da economia são atingidos pela crise internacional, é fundamental apoiarmos o nosso mercado interno. As micro e pequenas empresas são mais que necessárias para o equilíbrio social e econômico do País. Portanto, temos de dar uma atenção especial para elas.

O Governo Federal está empenhado nessa causa. Temos o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, a Lei do Super Simples e o Programa de Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, entre outros (...)

O Pré-Sal e a Previdência

15/09/2009

(...) O país atravessa um dos mais belos períodos de desenvolvimento. Cabe a nós montarmos no “cavalo encilhado” que ora se avizinha e fazermos justiça destinando parte do orçamento previsto de US\$ 15 trilhões do pré-sal para a previdência social pública.

A proposta não é uma “bota salvadora” e tampouco está isolada, uma vez que “no passado existiu uma cota de previdência cobrada sobre a venda de derivados de petróleo para o custeio da Previdência Social e urbana”.

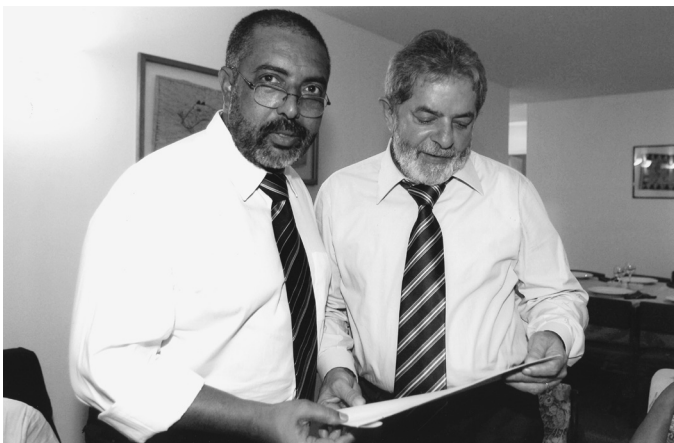
O pleito é viável, justo e peça-chave para uma melhor distribuição de renda. Chegou o momento de o Estado brasileiro retribuir o sacrifício dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Por isso, queremos que essa discussão não seja um porto de chegada. Mas um porto de saída e de esperança para os brasileiros.

Que homens são esses

27/04/2009

César Passarinho é a grande marca dos festivais nativistas do Rio Grande do Sul. Só em Uruguaiana ganhou quatro Calhandras de Ouro e conquistou sete prêmios de melhor intérprete.

Um dia me perguntaram como e quando eu fazia minhas reflexões. Como e quando eu confrontava minhas dúvidas, os meus erros, os meus acertos, quando caíam as minhas lágrimas. E eu disse: na hora do mate é claro, e *no más*, acompanhado da voz do César Passarinho. Para mim é um momento superior e sublime, é o momento em que falo com Deus.



Paim entrega reivindicações do RS ao presidente Lula.

(...) Termino com a canção *Que homens são esses*, escrita por Francisco Castilhos e Carlos Moacir. Que ela seja como uma oração em homenagem ao grande e inesquecível intérprete desta canção, o negro César Passarinho.

**“Que homens são esses
Que fogem à luta
Será que não sabem as glórias do pago
Que homens são esses que nada respondem,
que calam verdades, que reprimem afagos
Que homens são esses que trazem nas mãos
o freio, o cabresto, a rédea e o buçal**

Que homens são esses que têm o dever de
fazer o bem, mas só fazem o mal

Eu quero ser gente igual aos avós
Eu quero ser gente igual aos meus pais
Eu quero ser homem sem mágoas no peito
Eu quero respeito e direitos iguais
Eu quero este pampa semeando bondade
Eu quero sonhar com homens irmãos
Eu quero meu filho sem ódio nem guerra
Eu quero esta terra ao alcance das mãos
Que sejam mais justos os homens de agora
Que cantem cantigas, antigas e puras
Relembrem figuras sem nada temer

Procurem um mundo de paz na planura
E encontrem na luta, na força e na raça
Um novo caminho no alvorecer
Desperta meu povo do ventre de outrora
Onde marcas presentes não são cicatrizes

Desperta meu povo, liberta teu grito
Num brado mais forte que as próprias raízes

Eu quero ser gente igual aos avós
Eu quero ser gente igual aos meus pais
Eu quero ser homem sem mágoas no peito
Eu quero respeito e direitos iguais

Eu quero este pampa semeando bondade
Eu quero sonhar com homens irmãos
Eu quero meu filho sem ódio nem guerra
Eu quero esta terra ao alcance das mãos”

Vida eterna a você, César Passarinho! Vida eterna a todos vocês, militantes das causas populares.

UM DEPOIMENTO

PAULO PAIM:

UM EXEMPLO DE COERÊNCIA E COMPROMISSO

*Por Antônio Augusto de Queiroz**

Desde que assumiu seu primeiro mandato parlamentar, ainda durante o processo constituinte, há 22 anos, o então deputado e hoje Senador Paulo Paim (PT/RS) tem marcado sua trajetória por três características: credibilidade, foco temático e capital de relações.

A credibilidade, conquistada pela coerência e lealdade aos segmentos que representa, tem sido seu principal passaporte para o sucesso de seus mandatos, tanto na Câmara como no Senado.

O foco temático, com prioridades bem definidas, tem se revelado um método eficiente, que pode ser facilmente mensurado pelos resultados alcançados.

O capital de relações, representado pelo excelente trânsito na sociedade, no Governo e, principalmente, no Parlamento, foi conquistado pelo modo afável como trata a todos, sempre com urbanidade, na busca por justiça social e cidadania, especialmente para os mais necessitados.

Essas três características – sempre com firmeza, persistência, determinação e coerência – foram colocadas a serviço de causas e pessoas, como a política de recuperação do salário mínimo, a defesa dos aposentados e pensionistas do INSS e do serviço público, o fim do fator previdenciário, os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência, a luta pela preservação e ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores por políticas afirmativas e de assistência social aos desvalidos e desprovidos de proteção.

Por sua trajetória de coerência e compromisso com essas causas e pessoas, Paulo Paim foi agraciado com todos os prêmios e condecorações que um político pode receber das instituições que avaliam o desempenho parlamentar.

O jornal *Folha de S.Paulo* sempre o classifica como muito atuante e recordista na apresentação de projetos.

A Arko Advice Editorial, empresa de consultoria e especializada em processo legislativo e decisório

no Congresso, sempre o inclui em suas publicações como um dos membros da elite do Congresso.

O IBEP – Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, e a Santa Fé Ideias, duas instituições de credibilidade que monitoram o trabalho parlamentar, também o classificam como um parlamentar influente.

O Congresso em Foco, portal especializado no acompanhamento do Poder Legislativo, também concedeu prêmios de atuação relevante ao Senador Paim em todas as suas edições.

Paulo Paim é o único parlamentar que recebeu todos os prêmios instituídos pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, como o diploma Palavra de Honra, o título de deputado nota dez, inclusive durante a Constituinte, e o de “Cabeça do Congresso”, em todas as 16 edições da publicação.

Dar este testemunho sobre o trabalho do parlamentar Paulo Paim é motivo de muita satisfação, porque o Senador é daqueles políticos que enchem os brasileiros de orgulho.

Trajetória parlamentar

Paulo Paim iniciou sua militância política no movimento sindical, tendo sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Secretário-

Geral da CUT-Nacional, estreando na vida parlamentar como deputado federal constituinte.

Atuação como deputado

No primeiro momento, durante a Constituinte, foi membro da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, e responsável pela primeira proposta de constitucionalização dos direitos dos trabalhadores e servidores. Na subcomissão, que teve como presidente o Deputado Geraldo Campos (PMDB/DF) e como relator o Deputado Mário Lima (PMDB/BA), Paim foi uma das revelações.

No momento seguinte integrou a Comissão da Ordem Social, responsável pela consolidação dos trabalhos das Subcomissões dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores, da Comissão de Seguridade Social e de minorias, cujo presidente foi o Deputado Edme Tavares (PFL/PB) e o relator, o Senador Almir Gabriel (PMDB/PA), que o prestigiaram nas articulações e negociações.

Na Comissão de Sistematização, embora não fosse membro efetivo, teve participação importante na defesa de quatro conquistas que estavam ameaçadas: o turno de seis horas, a redução da jornada para 40 horas semanais, a proibição da demissão imotivada e a anistia dos perseguidos pela ditadura.

No Plenário, fez um excelente trabalho de mobilização em favor dos trabalhadores, tendo como companheiro nessas articulações o saudoso Deputado Juarez Antunes (PDT/RJ).

Lei de Greve

Na Constituinte foi o único deputado do PT a registrar nos Anais o risco que representava para os trabalhadores a inclusão no texto constitucional da possibilidade de “responsabilização civil (multa) e penal (cadeia) por eventuais abusos no exercício do direito de greve”. A história provou que Paim tinha razão: na greve dos petroleiros, as multas praticamente inviabilizaram os sindicatos.

Turno de seis horas

Setores do empresariado fizeram intensa campanha contra o turno de seis horas, com a distribuição de um prospecto com o título “As seis horas que irão abalar o Brasil”, que estava ganhando adeptos.

Os Deputados João Paulo Pires (PT/MG), Domingo Leonelli (PSB/BA), Edimilson Valentim (PCdoB/RJ) e Paulo Paim, por intermédio do Diap, elaboraram outro com o título “As seis horas que jamais abalarão o Brasil”, mostrando que o aumen-

to seria irrisório. Essa reação foi fundamental para a garantia do turno de seis horas.

Comissão de Trabalho

Como membro, vice-presidente e presidente (1993) da Comissão de Trabalho, deu enorme contribuição no debate, formulação, negociação e votação de matérias relevantes para os trabalhadores.

Foi coordenador da subcomissão encarregada de elaborar a política nacional de salário e a primeira lei de salário mínimo constitucional.

Aprovados os dois projetos, o presidente da República, à época, vetou-os integralmente e baixou um decreto para fixar o salário mínimo e uma MP sobre política salarial.

Paim liderou o movimento para derrubada dos vetos, que ocorreu na sessão do dia 28 de junho de 1989, com o apoio do Presidente do PMDB e ex-Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do Presidente da Comissão, Carlos Alberto de Oliveira, (PDT/RJ), o Caó.

Para esclarecer aos trabalhadores os direitos da política salarial e do novo salário mínimo, Paim solicitou ao Diap a elaboração da Cartilha “ABC da Política Salarial”.

Lei da anistia

Como presidente da Comissão de Trabalho foi o responsável pela lei da anistia aos demitidos no Governo Collor. Para tanto, aproveitou um projeto do Senador Nelson Carneiro (PTB/RJ), apresentado em 1979.

O destino natural daquele projeto seria o arquivo, já que o Congresso já tinha aprovado duas anistias após sua apresentação: a de Figueiredo, em 1979, e da Constituição de 1988.

Mas o Deputado Paulo Paim aproveitou o projeto de Nelson Carneiro para anistiar os demitidos, designando como relator o Deputado Paulo Rocha (PT/PA). Itamar vetou a anistia, mas enviou outro projeto que, após ter sido alterado na Câmara, anistiou os demitidos.

Regime Jurídico dos Servidores Públicos

O Governo Federal vetou vários dispositivos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos, que foram resgatados pela ação de vários parlamentares, inclusive Paulo Paim. Foram derrubados os vetos à lei sobre incorporação de gratificações, transformação em pecúnia de licença-prêmio não gozada, responsabilidade integral do Tesouro pelo pagamento das aposentadorias de servidores, entre outros.

Luta dos 147% dos aposentados

Em 1991, o salário mínimo foi corrigido em 147%, a inflação do período, mas o percentual não foi estendido aos benefícios previdenciários, como determinava a legislação à época.

O Deputado Paulo Paim liderou no Congresso um grande movimento que resultou na incorporação desse índice aos benefícios previdenciários em duas parcelas, a partir de 1992. Houve luta judicial e no Congresso.

Seguro-Desemprego

O seguro-desemprego, cuja autoria José Serra reivindica, é na verdade resultado de três projetos sobre o tema: um, o mais antigo e mais completo, de autoria de Paulo Paim; outro, de autoria do ex-Deputado Jorge Ueked, e o terceiro, do próprio Serra.

Tentativa de desmonte do movimento sindical

O Projeto de Lei nº 821, que pretendia desmontar as entidades sindicais e eliminar os direitos trabalhistas, teve no Deputado Paulo Paim um dos ferrenhos opositores. Não fosse a atuação de Paim, a flexibilização da CLT e o fim do direito de greve já teriam sido implementados.

Luta contra flexibilização da CLT

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, por iniciativa do então Ministro do Trabalho, Deputado Francisco Dornelles, encaminhou ao Congresso projeto de lei para flexibilizar a CLT.

O então Deputado Paulo Paim liderou um grande movimento contra a aprovação do Congresso, retardando sua apreciação na Comissão de Trabalho, apesar da maioria governamental.

O projeto, depois de muita insistência do Governo, foi aprovado na Câmara, mas sua ida para o Senado coincidiu com a eleição de Paulo Paim, que trabalharia por sua rejeição no Senado.

O Presidente da República, a pedido do Senador Paim e das entidades sindicais, solicitou a retirada do projeto de tramitação, tendo sido arquivado.

Combate à discriminação racial

É de autoria de Paulo Paim a Lei nº 9.459/97, de combate à discriminação racial, que pune crimes de preconceito de raça, cor, etnia com reclusão e multa.

É também o autor do Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado na Câmara e no Senado e em fase final de apreciação no Senado do novo texto aprovado pela Câmara.

Luta contra as reformas administrativa e previdenciária de FHC

O então Deputado Paulo Paim teve participação ativa no combate às reformas administrativa e da Previdência.

Na reforma administrativa ajudou na rejeição da proposta que pretendia extinguir o RJU dos servidores públicos. O relator à época, então Deputado Moreira Franco, apesar de derrotado, redigiu um texto para o segundo turno que punha fim ao RJU, afinal recuperado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em ação promovida pelo PT.

Na reforma da Previdência, a participação de Paim foi fundamental para a derrubada do redutor de 30% nas aposentadorias dos servidores e na rejeição do dispositivo que exigia idade mínima para aposentadoria pelos segurados do INSS.

PEC Paralela

No Senado são muitos os resultados e lutas do Senador, a começar pela PEC Paralela da reforma da Previdência, que recuperou importantes direitos dos servidores, especialmente com a regra de transição.

O *Estatuto do Idoso*, lei que beneficiou milhões de pessoas da terceira idade, é de autoria do Senador Paim.

Outros estatutos, que tramitam no Congresso, como o da Igualdade Racial e o da Pessoa com Deficiência, também são de autoria do Senador.

Salário Mínimo

O senador Paulo Paim foi o relator da Comissão Especial Mista (Câmara e Senado) do Salário Mínimo, que cruzou o país buscando sugestões da sociedade civil, dos movimentos sociais, sindicalistas e governantes para a elaboração de uma política permanente de reajuste do mínimo. Entre as propostas aprovadas para o reajuste esta a inflação total do período mais o dobro do PIB.

Fim do Fator Previdenciário

Registre-se, como resultado de sua luta, o projeto que põe fim ao fator previdenciário e as emendas que estendem a todos os aposentados os ganhos reais assegurados ao salário mínimo, entre outras proposições relevantes.

Mede-se a importância de uma pessoa pelos gestos, atitudes e comportamento, mas, também, principalmente, pela qualidade das causas que abraça e os resultados alcançados em suas lutas. Paulo Paim pode ser medido pela régua da justiça, da cidadania e da coerência.

(*) Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap.

PUBLICAÇÕES

Livros

- O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil (2008)
- Pátria Somos Todos (2007)
- O Rufar dos Tambores (2006)
- Salário Mínimo – Uma História de Luta (2005)
- Cumplicidade – Política em Poesia (2004)
- Vida – Sonhos e Poesia (2003). 2ª Edição
- Vida – Sonhos e Poesia (2001)

Revista

- Caminhos (2005)

Cartilhas

- 59 anos minha vida nossas lutas

- Gibi do Paim – Uma Nova História para Contar
- Lei Maria da Penha
- Atuação Parlamentar 2006
- Meio Ambiente: Cidadania e Qualidade de Vida
- Fundep – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador
- Cantando as Diferenças – É Coisa Nossa
- Relatório Final da Comissão Mista do Salário Mínimo
- Desemprego e Redução da Jornada de Trabalho
- Estatuto do Idoso - Lei 10.741 de 2003
- Estatuto do Idoso – Cidadania, mesmo que tardia
- Estatuto da Pessoa com Deficiência
- Estatuto da Igualdade Racial
- Emprego e Renda
- Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados
- Discussão e busca de caminhos para eliminar o racismo
- Quilombo Silva – Porto Alegre
- A vitória contra o preconceito

- Manual do Vereador
- Reformas: raça, gênero e política de inclusão Social
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Código de Proteção e Defesa do Consumidor
- Sabatina do Dr. Joaquim Benedito Barbosa Gomes
- Videoconferência Previdência Pública na visão dos trabalhadores

Projetos, artigos, pronunciamentos, notícias, biografia, fotos, poesias e pensamentos, acesse

www.senado.gov.br/paulopaim

Blog: paulopaim.blogspot.com

Orkut: [http://www.orkut.com.br/Main#](http://www.orkut.com.br/Main#Profile?rl=mp&uid=17496796298756235683)

[Profile?rl=mp&uid=17496796298756235683](http://www.orkut.com.br/Main#Profile?rl=mp&uid=17496796298756235683)

Twitter: www.twitter.com/paulopaim

YouTube: <http://www.youtube.com/senadorpaulopaim>

e-mail: paulopaim@senador.gov.br

Contato

Brasília:

Praça dos Três Poderes,
Senado Federal – 22º Andar – Sala 3
CEP 70165-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3303-5232

Canoas:

Av. Guilherme Schell, 6922 – Centro
CEP 92310-001 – Canoas – RS
Tel.: (51) 3472-5979